Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

Segunda Câmara

DELIBERAÇÃO AC02 - 889/2016

PROCESSO TC/MS	**:** TC/4810/2014
PROTOCOLO	**:** 1492486
TIPO DE PROCESSO	**:** CONVÊNIO
ÓRGÃO	**:** SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DA PRODUÇÃO, DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO – SEPROTUR E O FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE MILHO E SOJAFUNDEMS
JURISDICIONADOS	**:** TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS E ALMIR DALPASQUALE
CONVENENTE	**:** SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS NO MATO GROSSO DO SUL-OCB/MS
VALOR	**:** R$ 250.000,00
RELATOR	**:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS – CONVÊNIO – REPASSE FINANCEIRO – MECANISMOS DE MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA SOJA E DO MILHO – REGULARIDADE – RECOMENDAÇÃO.
É regular a prestação de contas quando restou demonstrado que os recursos foram devidamente aplicados no objeto do convênio, atendendo aos ditames legais e regulamentares.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 15ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara, de 21 de junho de 2016, ACORDAM os Senhores Conselheiros na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade e nos termos do voto do relator, em declarar a regularidade da prestação de contas do Convênio n. 21.352/2013, celebrado entre o Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo – SEPROTUR, na gestão de Tereza Cristina Corrêa da Costa e do Fundo Para o Desenvolvimento das Culturas de Milho e Soja-FUNDEMS, na gestão de Almir Dalpasquale com o Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Mato Grosso do Sul-OCB/MS.

Campo Grande, 21 de junho de 2016.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator.

RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo – Relator

Trata-se do exame da regularidade da prestação de contas do Convênio n. 21.352/2013, celebrado entre o Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo-SEPROTUR e do Fundo Para o Desenvolvimento das Culturas de Milho e Soja-FUNDEMS, e o Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Mato Grosso do Sul-OCB/MS, nos termos do art. 35, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, constando como ordenadores de despesas a Sra. Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias e o Sr. Almir Dalpasquale, secretária de estado e diretor-executivo do conselho gestor, respectivamente, à época.

O convênio fundamentou-se nas disposições contidas na Lei Federal n. 8.666/93, na Lei Estadual n. 3.984/2010, nos Decretos Estaduais n. 11.261/2003 e n. 13.231/2011, na Resolução SEFAZ n. 2.093/2007, e mediante as condições estipuladas nas cláusulas constantes do respectivo instrumento.

O objeto do convênio é o apoio financeiro para buscar, adaptar e internalizar mecanismos de modernização do sistema de produção e comercialização da soja e do milho por meio de cooperativas que atuam em Mato Grosso do Sul, no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), com prazo de vigência da data da sua assinatura em 14 de maio de 2013 a 30 de janeiro de 2014, podendo ser prorrogado.

A equipe técnica da 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) examinou os documentos constantes dos autos e manifestou-se na Análise ANA-4ICE-9501/2014, pela legalidade do presente convênio.

O Ministério Público de Contas (MPC) em seu Parecer PAR - MPC - GAB.7 DR.JAC - 9507/2015, considerando que a instituição bancária escolhida para movimentação dos recursos trata-se de um banco cooperado, instituição não autorizada para movimentação de recursos públicos provenientes de convênio, opinou pela irregularidade e ilegalidade da prestação de contas da execução do convênio, pela aplicação de multa ao jurisdicionado e recomendação ao titular do órgão.

VOTO

O Exmo. Sr. Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo – Relator

Analisadas as peças que instruem os autos, verifica-se que os documentos foram enviados tempestivamente a este Colendo Tribunal, e demonstraram consonância com as exigências contidas nas Leis Federais n. 8.666/93 e n.

4.320/64, e na Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011, inclusive quanto à publicação.

Foram atendidas as condições estipuladas nas cláusulas constantes do convênio cujos recursos foram devidamente aplicados e comprovados, com a homologação da ordenadora de despesas à época.

Desta forma, embora o jurisdicionado tenha movimentado os recursos em instituição bancária não autorizada, a prestação de contas do convênio em apreço não foi maculada e merece receber a chancela deste Colendo Tribunal.

DISPOSITIVO

Assim, acolhendo a análise técnica da 4ª ICE e o parecer ministerial, em relação à recomendação sugerida, nos termos do art. 4º, III, "b", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76, de 11 de dezembro de 2013, **VOTO**:

1. pela **regularidade** da prestação de contas do Convênio n. 21.352/2013, celebrado entre o Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo - SEPROTUR e do Fundo Para o Desenvolvimento das Culturas de Milho e Soja-FUNDEMS, e o Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Mato Grosso do Sul-OCB/MS, constando como ordenadores de despesas a Sra. Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias e o Sr. Almir Dalpasquale, secretária de estado e diretor-executivo do conselho gestor, respectivamente, à época, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar Estadual n. 160, dando-lhe a devida quitação, nos termos do art. 60 da mesma lei complementar;

2. pela **recomendação** ao jurisdicionado para que observe com rigor a legislação pertinente, em especial quanto à instituição bancária autorizada para a aplicação e movimentação de recursos provenientes de convênio;

3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o disposto no art. 50 da Lei Complementar Estadual n. 160, de 2 de janeiro de 2012, c/c o art. 99 do RITC/MS.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime pela regularidade da prestação de contas do Convênio n. 21.352/2013, celebrado entre o Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo – SEPROTUR, na gestão de Tereza Cristina Corrêa da Costa e do Fundo Para o Desenvolvimento das Culturas de Milho e Soja-FUNDEMS, na gestão de Almir Dalpasquale com o Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Mato Grosso do Sul-OCB/MS.

Presidência do Exmo. Sr. Iran Coelho das Neves.

Relator, o Exmo. Sr. Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros Marisa Joaquina Monteiro Serrano e Iran Coelho das Neves.

Presente o Exmo. Sr. João Antônio de Oliveira Martins Júnior, Procurador de Contas.

Campo Grande/MS, 21 de junho de 2016.

Conselheiro **OSMAR DOMINGUES JERONYMO**
Relator

GAB.LLSS

SETAC. ASC/ARP